O ENSINO DA LIBRAS NO BRASIL: CAMINHO PARA INCLUSÃO SOCIAL

Everton Pereira da Silva [1], Alexandre Antonio Timbane [2]

RESUMO

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é um sistema linguístico coeso, com estrutura e organização diferentes com as línguas orais. A nossa sociedade é preconceituosa com relação ao diferente, por isso muitos surdos não têm oportunidades. Daí que se questiona, qual seria o papel da escola/Universidade na difusão desta língua? A pesquisa é cunho bibliográfico e visa demonstrar como Libras necessita incentivos para o seu desenvolvimento; visa discutir metodologias de ensino que possam apoiar um ensino de qualidade. A Lei Federal 10.436/2002 obriga a implantação da LIBRAS nos currículos dos cursos de IES. O sistema brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais (ELiS) foi criado pela pesquisadora Mariângela Estelita Barros, em 1998 e utiliza visografemas (BARROS, 2007; CARVALHO et al.2016). Segundo Barros (2015) a ELiS privilegia a escrita de quatro parâmetros: Configuração de Dedos (CD), Orientação da Palma (OP), Ponto de Articulação (PA) e Movimento (M). É organizada de maneira a tornar possível a escrita de qualquer sinal em, hipoteticamente, qualquer língua de sinais. A educação inclusiva exige das escolas regulares e os profissionais da educação uma adequação à nova realidade.Há necessidade de traçar um perfil para o professor de Libras levando em consideração as singularidades dos currículos das universidades buscando temas recorrentes na história da educação dos surdos, esperando encontrar aspectos linguísticos que sejam motivadoras na cultura surda.

Palavras-chave:

Libras. Elis. Surdo. Ensino. Inclusão.

[1] UNILAB, Instituto de Humanidades e Letras, Discente, e-mail: ell_pp13@hotmail.com
[2] UNILAB, Instituto de Humanidades e Letras, Docente, e-mail: alexandre.timbane@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Segundo Brasil (1988) existe uma só língua oficial, a língua portuguesa. As restantes línguas faladas/sinalizadas no território são desconsideradas pela política linguística e por isso não há o seu planejamento (SEVERO, 2013). Existe essa falsa sensação de que o Brasil é um país monolíngue, porém existem mais de 180 línguas indígenas, a Libras, as línguas europeias e asiáticas faladas por grupos isolados. Uma vez que a Libras não é língua de poder e de oportunidades, os falantes sofrem todo tipo de preconceito e rejeição por parte da sociedade e do Governo que por sinal deveria ser o mais contundente na preservação, proteção e expansão.

A língua de sinais é muito complexa (tal como qualquer outra língua natural), apresenta todos os níveis linguísticos dos quais se pode citar a semântica, a morfologia, léxico e a sintaxe (GESSER, 2009). A diferença entre as línguas orais e de sinais se localiza no canal de comunicação que é o visual e gestual para o segundo caso. A inclusão social é uma filosofia de trabalho e, para que ela exista, é preciso ter comprometimento com a causa das minorias, dos menos favorecidos e dos que se sentem excluídos. Nesse sentido, a inclusão social deve ser entendida como um processo, uma construção coletiva. A prática inclusiva busca a superação da discriminação, do preconceito, da intolerância, das desigualdades e dos conceitos estereotipados.

O ensino de Libras é fundamental nas sociedades modernas e é de interesse dos profissionais que lidam e acompanham a surdez na busca de informações e orientações que possam esclarecer muitas dúvidas, que até pouco tempo atrás eram invisíveis. Atualmente se observa um novo desafio para a educação e a vivência social, a inclusão de surdos na rede regular de ensino, que de fato estabeleceu certas necessidades de adaptações, fazendo com que a sala de aula, o consultório médico, as empresas dentre outros possam receber e adaptar situações que possam acolher pessoas surdas.

Muitos cidadãos surdos ficam inibidos de usufruir dos seus direitos porque as instituições não estão preparadas para lidar com os surdos ou com a língua de sinais. Segundo Timbane (2016), as injustiças são recorrentes em delegacias pelo fato de não existir intérpretes forenses. No texto "A Justiça moçambicana e as questões de interpretação forense: um longo caminho a percorrer", Timbane mostra as dificuldades da inexistência de interpretes no espaço forense e isso inclui a Libras. Muitas mulheres surdas que são abusadas físico, mental e sexualmente não conseguem explicar ou pelo menos fazer um BO em delegacias pelo fato da não existência de interpretes e tradutores forenses. Na justiça, alguns intérpretes não são especializados no assunto e acabam não satisfazendo as necessidades práticas do surdo. Esses cidadãos que têm uma língua diferente do português não conseguem fazer Boletim Ocorrência, não conseguem explicar suas queixas nem conseguem de defender em caso de acusações.

Desta forma, a pesquisa questiona a importância do ensino de Libras assim como a inserção do intérprete de Libras para a interação do surdo no ambiente sócio-pedagógico. Como hipóteses avança-se a ideia de que os interpretes só podem existir quando o Governo garantir a formação em cursos de graduação e de pós-graduação. A interpretação em Libras é importante para que cidadãos não sejam excluídos em diversos ambientes da sociedade.

O objetivo da pesquisa é discutir a problemática do ensino de Libras no Brasil e discutir a sua relevância na vida das famílias e da sociedade em geral. Visa proporcionar informações e esclarecimentos sobre a importância da Libras como forma de reduzir a intolerância que se verifica na nossa sociedade, especialmente nos serviços públicos. Visa reconhecer a importância do intérprete de libras no processo da comunicação e aprendizado de surdos.

Este trabalho se justifica pela importância de reconhecer a Libras como uma língua natural e a necessidade de integrar seus falantes na vida em sociedade valorizando e promovendo a educação formal em diversos níveis de ensino. O papel do aluno, do professor e do intérprete de Libras é fundamental para que isso aconteça, pois os desafios são enormes que vão deste da falta de materiais didáticos até aos manuais para que isso aconteça.

Segundo Neigrames e Timbane (2018, p.150) "para a constituição mínima dos sinais na Libras conta-se com cinco parâmetros: a) Configuração de Mãos, b) Ponto de Articulação, c) Movimento, d) Orientação e e) as Expressões Faciais." Os autores acrescentam que as expressões não manuais, ou faciais e corporais, são realizadas no momento em que há articulação dos sinais, podendo ser movimentos do corpo, da face, da cabeça e até mesmo dos olhos. As expressões são de extrema importância pois através delas que formam-se

os tipos de termos gramaticais e entonação emocional.

METODOLOGIA

Avaliar o processo de ensino-aprendizagem é complexo. Quadros e Cruz (2011) discutem a necessidade de avaliar o ensino observando as limitações e as capacidades do aluno. Não se pode usar o mesmo instrumento de avaliação para todos os alunos, pois cada aluno e aluna tem a sua capacidade e estilo de aprendizagem. Seria importante diversificar as atividades na turma por forma a atingir os diversos estilos. A escola deveria buscar reavivar o perfeito relacionamento com os pais através de parcerias procurando estabelecer projetos educacionais com a temática relacionada a esse aspecto. A atitude de desprezo, do descaso de alguns pais para com a escola, em nada favorece o desenvolvimento das crianças, pelo contrário prejudica o desenvolvimento intelectual, afetivo e emocional do aluno surdo.

De Acordo com Lacerda (2000), quando se insere um intérprete de LIBRAS em uma sala de aula, abre-se a possibilidade do aluno surdo aprender em sua língua materna e poder compreender os conteúdos em pé de igualdade com os alunos ouvintes. Ao mesmo tempo, o professor ouvinte pode ministrar suas aulas sem se preocupar com o aluno surdo, pois este estará acompanhado pelo intérprete. Pode-se afirmar que, nesse caso, a condição linguística especial do surdo é respeitada, o que aumenta a chance do aluno desenvolver-se e construir novos conhecimentos satisfatoriamente.

A pesquisa é de carácter bibliográfico e parte da consulta das diversas obras que debatem o assunto, dos quais pode-se citar Alencar (1994), Lacerda (2000), Quadros (2002), Rosa (2003), Gasser (2009), Neigrames e Timbane (2018) entre outras que nos ajudaram a nortear o conhecimento deste assunto. Documentos oficiais como Decretos, Leis (BRASIL, 2002), Programas de ensino nos auxiliaram na compreensão do ensino. Para além de tudo isso, os pesquisadores contaram com a sua experiência em ensino de línguas em escolas públicas no Brasil e em Moçambique para argumentar e discutir o assunto.

A pesquisa se justifica pela importância de compreender estrutura da Libras e sua relação o educador buscando uma nova abordagem sobre o estudo inclusivo que possa considerar em pé de igualdade alunos ouvintes e surdos. O uso da LIBRAS em sala de aulas é um momento de interação, de troca de conhecimentos e de aprendizagem. Foi discutido o papel do aluno, do intérprete de Libras e do professor no contexto de sala de aula com objetivo de melhorar a qualidade de ensino valorizando e dando grande importância para a discussão do ensino inclusivo dos surdos em escolas regulares. Com tudo isso se percebe que a valorização, a autoestima e a capacidade intelectual devem fazer com que a comunidade surda se sinta confiante e capaz de se expressar de forma plena. É importante que os falantes se sintam capazes enfrentar os desafios da vida e saber expressar de forma adequada para si e para os outros. Pode ser construída como uma característica permanente de personalidade ou como uma condição psicológica temporária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O intérprete de LIBRAS é responsável pela integração do surdo, pois somente ele irá intermediar a comunicação das duas linguagens (a língua de sinais e a língua portuguesa), com a intenção de levar a informação e estabelecer a comunicação. A avaliação da aprendizagem implica a participação não apenas do professor da classe comum, mas de todos os participantes na formação do educando.

Ser interprete, segundo Quadros (2002) é complexo porque exige conhecimento da cultura surda e dos elementos extralinguísticos envolvem a língua. Por essa razão, conhecer uma língua não é apenas conhecer a gramática. Por isso é importante que se estabeleça, em conjunto, momentos de estudo, análise e reflexão, pois os conhecimentos específicos das diferentes áreas do conhecimento e a observação do aluno em diferentes situações, dentro e fora da escola, que contribuem no sentido de melhor conhecer e compreender os modos de aprender e interagir dos mesmos e as formas de inter-relacionamento no âmbito das unidades educacionais, de professores, alunos, coordenador, diretor, supervisor e na família.

A escola ao longo da sua história se caracterizou pela visão em que a educação se restringia como

privilégios de um grupo seleto, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir da democratização da educação, a sociedade passou a ter uma visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorrendo uma identificação dos mecanismos e processos que operam na regulação e produção das desigualdades.

Para que haja a possibilidade de integração, precisa-se primeiramente implementar estratégias na preparação do ambiente social e pedagógico, para que não ocorram conflitos uma vez que o processo de inclusão ainda é visto como pioneiro, não apenas no Brasil, mas também no mundo. O intérprete de LIBRAS deve interagir com o meio, fazendo com que as informações sejam repassadas de forma clara e objetiva. Para que isso ocorra é preciso que o intérprete seja conhecedor da Libras e do português. Caso não seja, acontecerão ruídos na comunicação prejudicado o acesso do surdo à informação como também ao aprendizado.

A principal característica da inclusão é a proposta de uma sociedade para todos, independentemente da existência ou não da deficiência. A educação inclusiva deve atingir a todos e não pode ser confundida com integração. Senão vejamos: Enquanto na inclusão, a escola deve adequar-se aos alunos, na integração, o aluno vai à escola apenas para conviver. Ainda na integração, muitas vezes, os alunos sofrem com o despreparo de educadores que aguardam a chegada da inserção (WERNECK, 2010).

Além de existir os conflitos gerados pela convivência entre gerações, em que cada uma com a sua visão de mundo, seu estilo de vida, faz prevalecer o seu modo de pensar e agir, implicando assim, na desarticulação entre os mesmos. Nesse sentido, o surdo deve ser visto, como alguém que no ínfimo de sua vida pode ser motivado a adaptar-se aos novos estilos de vida, de acordo com a intensidade de suas condições, proporcionando-lhe assim, uma melhor qualidade de vida, sendo a surdez compreendida como um processo que não os torna incapazes.

Tal como o Ministério da Educação orienta, a avaliação constitui-se em processo contínuo e permanente de análise das variáveis que interferem no processo de ensino e de aprendizagem, objetivando identificar potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e das condições da escola e da família (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p. 9). Por avaliação da aprendizagem compreende-se a verificação do aprendizado efetivamente realizado pelo aluno, pois ao mesmo tempo em que fornece subsídios ao trabalho docente, possibilita a tomada de decisão e a melhoria da qualidade de ensino, bem como expressa informações sobre as ações em desenvolvimento e a necessidade de regulações constantes. A avaliação educacional enquanto procedimento sistemático pode auxiliar na compreensão dos fatores que favorecem ou não a inclusão de todos os educandos no espaço escolar.

CONCLUSÕES

A aprendizagem não deve ser considerada como resultado que depende única e exclusivamente do aluno, mas deve estar sendo construída a cada dia, pois a partir da identificação do professor, do aluno que começa a encontrar obstáculos e dificuldades na realização das atividades ou percebe que delas não participa, torna-se necessária a rápida intervenção desse profissional. A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas (BRASIL, 2006, p.33).

Nossa atual política de educação no Brasil tem o objetivo de viabilizar uma educação integradora, ou seja, uma educação organizada de forma a atender a todos, incluindo os portadores de necessidades especiais dentro da escola regular (ALENCAR, 1994). Na ausência do intérprete de Libras, o surdo ficará impossibilitado de interagir com o ambiente pedagógico e social, pois a comunicação e o aprendizado deste serão limitados, e repleto de dificuldades, sem a língua de sinais o surdo não conseguirá compreender os conteúdos.

Ser intérprete da Libras é muito mais do que ser identificado pela língua que fala, muito mais do que estar presente nas comunidades surdas ou ainda estabelecer um elo entre mundos linguísticos diferentes. Ser intérprete é conflitar sua subjetividade de não surdo e surdo, é moldar seu corpo a partir da sua

intencionalidade, reaprender o universo do sentir e do perceber, é uma mudança radical onde a cultura não é mais o único destaque do ser (MARQUES; OLIVEIRA, 2009 p. 396).

É de fundamental importância a presença deste profissional para que haja interação em qualquer meio a ele sociável, na busca de informação e conhecimento caso ocorra à deficiência do intérprete, o surdo continuará a margem de seus direitos. Para Neigrames e Timbane (2018) e Rosa (2003), primeiramente, o intérprete deve inteirar-se do conteúdo a ser interpretado. Pois, se o intérprete não domina a Libras ou português comprometerá o seu trabalho de interpretação. É que interpretar é passar de uma cultura para outra. Além disso, qualquer interpretação exige também que o intérprete seja conhecedor do assunto tratado.

Segundo Barros (2015) a ELiS privilegia a escrita de quatro parâmetros: Configuração de Dedos (CD), Orientação da Palma (OP), Ponto de Articulação (PA) e Movimento (M). É organizada de maneira a tornar possível a escrita de qualquer sinal em, hipoteticamente, qualquer língua de sinais. A educação inclusiva exige das escolas regulares e os profissionais da educação uma adequação à nova realidade. Esse movimento educacional reconhece a importância pedagógica da LIBRAS como: ferramenta para o educador, meio de comunicação e de inclusão para alunos com problemas auditivos. Preliminarmente conclui-se que a Libras é nova no ensino superior no Brasil e os professores devem buscar novas metodologias para mediar o ensino-aprendizagem. Os surdos têm dificuldades em perceber a importância da Libras para o processo da identidade cultural e no desenvolvimento do futuro cidadão. Há necessidade de traçar um perfil para o professor de Libras levando em consideração as singularidades dos currículos das universidades buscando temas recorrentes na história da educação dos surdos, esperando encontrar aspectos linguísticos que sejam motivadoras na cultura surda. O professor, segundo Neigrames e Timbane (2018, p.145) “precisa respeitar as complexidades e necessidades de seus aprendizes, sendo flexível em mudar seus métodos de ensino sempre que se fizer necessário.” Sendo assim, o professor precisa se reinventar a todo momento procurando metodologias que apoiem a aprendizagem do aluno surdo, interagindo com outros profissionais para a troca de experiências.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos organizadores da V Semana Universitária.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. M. L. S. (Org.). Tendências atuais e desafios da educação especial. Brasília: MEC, 1994.
BARROS, M. E. ELiS: sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais. Porto Alegre: Ed. Penso, 2015.
BARROS, M. E. Escrita das Línguas de Sinais. In: QUADROS, R. M. de; PERLIN, G. (Org.). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.
BARROS, M. E. Escrita das Línguas de Sinais. In: QUADROS, R. M. de; PERLIN, G. (Org.). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.
BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988.
BRASIL. NBR 14724. Informação de trabalhos acadêmicos-apresentação. Rio de Janeiro, agosto de 2002.
BRASIL. Ministério da Educação, Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, Brasília, DOU, de 07/12/2006.
CARVALHO, A. G. de et al. Libras e ASL representadas pela Escrita das Línguas de Sinais – ELiS. Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades, n. 6, v. 1, p. 23-34, 2016.
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da realidade surda e da língua de sinais. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
LACERDA, C. B. F. A criança surda e a língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes. Relatório Final FAPESP Proc. Nº 98/02861-1, 2000.
MARQUES, R. R; OLIVEIRA, J. S. O Fenômeno de Ser Intérprete. In: QUADROS, R.M.; STUMPF, M. R.

Estudos Surdos IV, p. 394-406. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.
NEIGREMES, W. P.; TIMBANE, A. A. Discutindo metodologias de ensino de libras como segunda língua no ensino superior. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras. UNEMAT, v. 11, n. 01 p.140-161, 2018.
QUADROS, R. O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC. 2002.
QUADROS, R. M. de; CRUZ, C. R. Línguas de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.
ROSA, A. S. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação social entre surdos e ouvintes. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (Org.) Cidadania, surdez e linguagem. São Paulo: Plexus, 2003.
SEVERO, Cristine G. "Política(s) linguística(s) e questões de poder." Alfa. São Paulo, v.57, n.2, p.451-473.2013.
TIMBANE, A. A. A Justiça moçambicana e as questões de interpretação forense. Language and Law /Linguagem e Direito, Vol. 3(2), 2016, p. 78-97.
WERNECK, C. Entrevista concedida a Vitor Casimiro 2010. Disponível em: http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0073.asp. Acesso em: 20 jul.2011.

1Graduando em Letras-Língua Portuguesa na UNILAB/Malês, Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias e Pós-graduando em Língua Brasileira de Sinais pela BPEX / FACINTER / FATEC INTERNACIONAL.
2 Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, Linguista Forense e Professor da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês.